

## Pais ouvintes e filho surdo: dificuldades de comunicação e necessidade de orientação familiar

*Hearing parents and deaf son: communication issues and the family orientation need*

### Esmeralda Peçanha Stelling

Mestranda no Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CPMDI) Universidade Federal Fluminense.

E-mail: epstelling@gmail.com

### Luiz Felipe Peçanha Stelling

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Rio de Janeiro. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2007).

E-mail: luiz.stelling@ifrj.edu.br

### Elenilde Maria dos Santos Torres

Professora da FAETEC – RJ, Escola Técnica Oscar Tenório. Doutora em Patologia pela UFF.

E-mail: elenildetorres@outlook.com

### Helena Carla Castro

Professora Associada e Coordenadora do Laboratório de Antibióticos, Bioquímica, Ensino e Modelagem Molecular – LABioMol na Universidade Federal Fluminense Mestre em Química Biológica pela UFRJ e Doutorado Sanduíche na Universidade da Califórnia – Estados Unidos e na UFRJ

E-mail: hcastrorangel@yahoo.com.br

**Recebido em 30 de outubro e selecionado em 13 de novembro de 2014**

## RESUMO

A surdez ainda é uma situação complexa para a família ouvinte, o que pode tornar o núcleo cultural familiar um espaço de exclusão para sua criança surda. O desconhecimento da família sobre a surdez compromete o desenvolvimento dessa criança, repercutindo em seu relacionamento com o mundo. Após o diagnóstico se iniciam as dificuldades de comunicação e se instalam bloqueios de compreensão pela ausência de uma língua em comum. Há também a não aceitação da surdez, o que ocorre pela falta de informações dos pais. Neste artigo, abordamos as questões dos pais ouvintes e seu

filho surdo, ressaltando a importância da orientação familiar na promoção de um melhor relacionamento e desenvolvimento desse sujeito. É sugerida a elaboração de um programa de orientação que ofereça informações aos pais, inclusive sobre a capacidade linguística plena dessa criança com relação à Língua Brasileira de Sinais (Libras), o que possibilitará que eles se tornem membros ativos e conscientes na educação desse tão amado filho.

**Palavras-chave:** Família. Pais ouvintes. Filhos surdos. Orientação familiar. Educação de surdos.

## ABSTRACT

*Deafness is still a complex situation for the hearing family, which can transform the familiar cultural nucleus into a space of exclusion to their deaf child. Their lack of knowledge about deafness compromises the development of this child, reflecting on his/her relationship with the world. After diagnosis, the communication difficulties begin together with understanding problems due to the absence of a common language. There is also the non-acceptance of deafness, which occurs due to the lack of parental information. In this paper we address the issues of hearing parents and their deaf child, emphasizing the importance of family counseling in promoting better relationships and the development of this person. The creation of a mentoring program that provides information to parents is suggested, including the full linguistic ability of the child with respect to Libras (Brazilian Sign Language), which will allow them to become active and conscious members in the education of their beloved son.*

**Keywords:** Family. Hearing parents. Deaf children. Family counseling. Deaf education.

## INTRODUÇÃO

O núcleo familiar é o local, por excelência, em que se inicia o desenvolvimento do indivíduo, sendo o lugar fundamental, básico e indispensável para promover a subjetividade, as habilidades e as competências sociais. É na família, também, que se inicia o processo de inclusão da criança na vida em sociedade. Para autores como Oliveira et al. (2004):

Os estudos envolvendo a família, nos últimos anos, têm recebido grande atenção e investimento por parte não apenas dos profissionais das ciências humanas e sociais, mas também da saúde, tendo sido verificado que a família tem papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo (p. 185).

A importância da família é comentada por Fiamenghi e Messa (2007), que se referenciam em Buscaglia (1997, p. 238) e confirmam que a família exerce fundamental influência sobre o desenvolvimento da criança, sendo o primeiro grupo no qual o indivíduo é inserido. Para esses autores:

[...] a família é uma força social que tem influência na determinação do comportamento humano e na formação da personalidade. Pode ser definida como uma unidade social significativa inserida na comunidade imediata e na sociedade mais ampla. É interdependente, ou seja, os relacionamentos estabelecidos entre os familiares influenciam uns aos outros e toda mudança ocorrida nesse

sentido irá exercer influência em cada membro individualmente ou no sistema como um todo (p. 237).

Quando analisados na perspectiva da surdez, observamos três tipos de famílias que fazem parte da população brasileira. O primeiro tipo de família, e o mais frequente, é a de pais ouvintes com filho ouvinte, que ouve e fala a Língua Portuguesa. Há também a família de pais surdos com filho surdo – ambos usam a Libras – e, também, a família de pais ouvintes com filho surdo, que é a família de interesse maior nesse estudo. Nesse último caso, pretende-se refletir sobre a situação pela qual passam esses pais a partir do momento da detecção clínica da surdez de seu filho.

Este trabalho procura analisar as decorrências relacionadas a questões linguísticas, cognitivas, psicológicas, de intervenção clínica e de formação escolar do filho surdo oriundo de uma família ouvinte. As situações de despreparo e desinformação dos pais ouvintes quanto à surdez de seu filho são abordadas, sugerindo-se, como conclusão, a instituição de programas educacionais de orientação familiar que contemplem o maior número de informações possível sobre a surdez. Essa orientação visa habilitar os pais para possam escolher o melhor modo de lidar com seu filho surdo, com a surdez e suas peculiaridades em uma perspectiva de inclusão na diversidade social.

## QUEM SÃO OS PAIS OUVINTES COM FILHOS OUVINTES?

Os pais e filhos que ouvem e falam fazem uso da Língua Portuguesa oral em seus lares e núcleos familiares, comunitários e sociais são a maioria na população brasileira. Eles vivem, compartilham e participam da cultura que lhes é própria, ou seja, da cultura ouvinte. Ouvem e falam o tempo todo, externam suas emoções, ninam seus filhos ouvintes, brigam com eles, mas também os acalmam; ouvem músicas, veem TV, conversam aos seus telefones, celulares e computadores, comentam e debatem sobre os mais diferentes assuntos, escrevem e leem, cantam, riem, dão gargalhadas, recitam versos, dançam, reclamam, choram, lamentam e se queixam, desabafam, gritam, ofendem, insultam, desesperam-se e se asserenam, fazem fofocas e muito mais, sempre usando sua audição e sua fala articulada. Usam suas vozes em diferentes modulações, dando a elas a entonação necessária a cada ocasião propiciando uma melhor expressão em dada circunstância. Enfim, pais e filhos que ouvem e falam são pessoas que pensam, sentem e agem por meio de sua língua materna – a Língua Portuguesa. Essas pessoas, na educação de surdos, são denominadas ouvintes.

## QUEM SÃO OS PAIS SURDOS COM FILHOS SURDOS?

Behares (1996) informa que 5% das famílias são formadas por pais surdos com filhos surdos. O autor relata que, nessas famílias, as crianças surdas

[...] adquirem a língua de sinais como primeira língua, de forma natural e na época certa com seus pais também surdos, e se desenvolvem bem linguisticamente. As crianças surdas filhas de pais surdos não apresentam bloqueios de comunicação com seus familiares, pois compartilham a mesma língua com eles. A instalação natural da língua de sinais propicia nestas crianças um suporte linguístico e, como consequência, elas têm um bom desenvolvimento cognitivo (p. 21).

Entre pais e filhos surdos não se observam bloqueios comunicativos porque todos usam a língua de sinais. A aquisição natural da língua de sinais pelos filhos surdos a partir do contato com seus pais igualmente surdos, comparando-a com a situação correspondente entre pais e filhos ouvintes, é comentada por Behares (*ibid*) neste excerto:

No caso das crianças surdas de pais surdos, o acesso natural e o contato precoce com o *input* [linguístico] permitiram colocar a questão nos mesmos termos em que se costumava colocá-la para as crianças ouvintes, sem diferenças significativas de interesse (*ibid*).

Nesse tipo de família, além de não se observarem conflitos e bloqueios comunicativos, a criança surda é acolhida com grande satisfação pelos pais, como descreve Strobel (2008):

O nascimento de uma criança surda é um acontecimento alegre na existência para a maioria das famílias surdas, pois é uma ocorrência naturalmente benquista pelo povo surdo, que não vê nessa criança um “problema social”, como ocorre com a maioria das famílias ouvintes (p. 58).

Na família de pais surdos com filho surdo ocorre uma comunicação fluente, o que significa que todos têm uma língua para compartilhar. Além disso, nessa família, a questão da aceitação é realizada sem restrições porque o filho surdo é bem-vindo. Essas condições fazem com que tudo ocorra naturalmente, sem maiores problemas de ordem linguística, cognitiva e psicológica. Na família surda, a criança surda está totalmente integrada e participa de tudo - conversas corriqueiras, momentos de intimidade, horas alegres de comemoração, e também horas tristes e de angústia como no falecimento de um familiar ou amigo, ou na doença -, tudo é comunicado e discutido em língua de

sinais sem problemas.

## QUEM SÃO OS PAIS OUVINTES COM FILHOS SURDOS?

Cerca de 95% das crianças surdas congênicas ou que ficaram surdas nos primeiros meses de vida pertencem a lares ouvintes (BEHARES, 1996, p. 21). Os pais nessas famílias se encontram inicialmente abatidos e decepcionados porque o filho que esperavam não nasceu, por assim dizer, *perfeito*, fazendo com que eles almejem uma “cura” da surdez. Segundo Lane, Hoffmeister e Bahan (1996, p. 30-41), os pais ouvintes querem fazer de seu filho surdo uma pessoa ouvinte, ou seja, querem que o seu filho fale e escute. Além disso, esses pais ouvintes não têm os referenciais que os pais surdos têm acerca de si mesmos, da comunidade surda e sua língua.

É compreensível que, inicialmente, os pais ouvintes enfrentem bloqueios de comunicação com sua criança surda. Ela também se depara com dificuldades para se exprimir porque ainda não adquiriu uma língua para compartilhar com os seus familiares. Esse fato provoca isolamento e atritos entre a criança, a família e o seu entorno, produzindo uma situação problemática a ser resolvida.

## O QUE ACONTECE COM A FAMÍLIA DE OUVINTES APÓS A DESCOBERTA DA SURDEZ?

Em uma família de ouvintes, quando nasce uma criança surda, tudo se modifica. Os pais, após o diagnóstico médico que identifica ou confirma a surdez do filho, ressentem-se, pois não esperavam um filho assim, com uma deficiência que desconhecem, e que para eles não foi o filho que idealizaram. Segundo explana Vieira et al. (2012):

Para a família, a descoberta da DA [deficiência auditiva] em sua criança, seja durante a gestação, no nascimento ou nos primeiros anos de vida, significa ter seu futuro desmoronado. Isso porque, nesse momento, contempla a perda da criança perfeita e esperada, tem seus sonhos fragmentados, expectativas frustradas e o futuro incerto (p. 83).

Depois da certeza de que sua criança é surda surgem vários sentimentos negativos nos pais e na relação deles com seu filho. Vieira et al. (*ibid*) relaciona alguns desses sentimentos:

A descoberta de uma condição crônica de saúde em

um membro da família é um momento complexo, situação essa que se agrava na infância e é permeada de sentimentos negativos e comportamentos diversos, como: revolta, medo, frustração, não aceitação, susto, chateação, desespero, angústia, confusão, tristeza, culpa, contrariedade, preconceito, uma sensação de vazio interior, choque, vergonha, depressão e ansiedade (*ibid*).

## PAIS OUVINTES E O DESCONHECIMENTO DO SUJEITO SURDO

Os pais ouvintes, em sua maioria, conhecem a surdez somente do ponto de vista clínico, ou seja, da explicação da surdez como deficiência auditiva. Em sua grande maioria, eles não conhecem a surdez do ponto de vista dos próprios surdos, assim como podem não conhecer pessoas surdas adultas, não saber como elas agem, como é o seu dia a dia, como se comunicam, como pensam e sentem. Eles também podem não conhecer a Libras e não saber da sua importância na educação, na formação da subjetividade e na identidade de uma criança surda. Ao desconhecer que existe uma cultura surda, os pais ouvintes não possibilitam ao seu filho que desenvolva sua identidade surda. Strobel (2008) assim define a cultura surda:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo (p. 29).

## COMO SE DESCOBRE A SURDEZ NA CRIANÇA

Na atualidade, a surdez pode ser detectada logo após o nascimento. A triagem auditiva neonatal, conhecida como “teste da orelhinha”<sup>1</sup>, objetiva avaliar a audição em recém nascidos para o diagnóstico precoce de perda auditiva. Esse exame deve ser realizado, a partir do nascimento, preferencialmente, nos primeiros três meses de vida do bebê. A técnica mais utilizada é o exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (EOA), um exame indolor, de rápida execução (com tempo médio de 5 minutos). O resultado é informado logo ao final do exame. Um protocolo de avaliação junto com o laudo é enviado à família e ao médico solicitante. Quando houver suspeita de deficiência, a partir da triagem

auditiva, a criança será encaminhada para avaliação otológica e audiológica completas. Muitas instituições complementam a avaliação com o exame de Potencial Evocado Auditivo do Tronco Encefálico (PEATE), a imitanciometria e os diagnósticos por imagem (NOVAES in BEVILACQUA e MORET, 2005, p. 30).

Contudo, em nosso país de dimensões continentais e de desigualdades sociais, muitas crianças provavelmente não irão fazer esses exames, pois nasceram em cidades do interior ou em regiões longínquas em que os exames ainda não são disponíveis. Pode acontecer, também, que uma criança com suspeita de surdez vá pra casa, ou nasça em casa e, depois de algum tempo, a mãe ou outro familiar próximo desconfie que a criança possa ser surda. Nesse momento, os pais procuram um médico para avaliar sua criança.

## O DIAGNÓSTICO DA SURDEZ E O SEU IMPACTO NA FAMÍLIA

O diagnóstico médico caracteriza o impedimento sensorial (a deficiência auditiva) por perdas em decibéis em diferentes faixas de frequências sonoras. Quanto maior for a perda auditiva, maior será o impedimento sensorial. Porque não ouve, evidentemente, a criança não consegue acessar as informações do mundo por meio da audição, e não adquire, de modo natural, a língua oral, que é a língua materna da maioria ouvinte. Deve-se notar que esse quadro é anterior a uma possível intervenção médica e/ou fonoaudiológica que pode vir, ou não, a modificá-lo.

O momento do diagnóstico é de grande significância para os pais, pois ainda há a esperança de que a criança não seja surda. Pires (2012) comenta que:

Quando nasce uma criança surda a família não se espanta a princípio, pois, geralmente, descobre-se a surdez posteriormente, mas o impacto de se ter um filho inaudível ainda é devastador apesar das relações afetivas já terem sido construídas. Esse diagnóstico evidencia um momento desestruturador, que altera o equilíbrio emocional familiar (p. 9).

Essa mesma autora (*ibid*) explica que os sentimentos dos pais são diversos e compõem um impacto inicial, que, muitas vezes, se estende por um longo período. Esse momento é constituído de forte abalo emocional. O momento ou fase de impacto, como define Vieira *et al.* (2012), é realmente um momento crucial na vida de uma família quando descobre que seu filho é surdo, e não é possível deixar de vivenciar esse período, pois

[...] é inevitável passar pela primeira

1 BRASIL. Lei Federal no 12.303/2010. Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Otoacústicas Evocadas.

fase de impacto: a confirmação do diagnóstico. Esse período é permeado por um conjunto de sentimentos e sensações negativas, como revolta, não aceitação, susto, entre outras (p. 85).

Após terem recebido o diagnóstico, os pais ouvintes se sentem perplexos e em estado de choque. Segundo Pires (2012, p. 10), sobrevém, após o diagnóstico, “[...]um período de luto, um momento de assimilação da situação e é intensamente influenciado por uma avalanche de informações clínicas contidas no diagnóstico da perda da audição”.

## APÓS O DIAGNÓSTICO

Quando pais ouvintes recebem a confirmação do diagnóstico da surdez do filho, são acometidos por uma série de tensões e, como relata Stelling (1996, p. 64-68), sobrevém várias situações: a rotina do lar se modifica, há aumento de despesas, os pais ouvem opiniões conflitantes e não têm informações qualificadas sobre surdez e suas consequências. Então, todas essas tensões podem levá-los a uma grande frustração e eles podem apresentar reações como culpa, tristeza, solidão, ansiedade, frustração, vergonha, intolerância, ambivalência e outras. Toda essa situação os leva à instalação de uma grande angústia.

Nesse contexto, observa-se que os pais reagem movidos por suas emoções gerando conflitos da mesma ordem. Emocionalmente isto é compreensível, pois não foram atendidos em seu anseio de ter uma criança *perfeita ou normal*. Dentre os componentes dessa imaginária *perfeição ou normalidade*, inclui-se ter faculdade de perceber as sensações, de ter os órgãos sensoriais como o tato, a visão, a audição, o paladar e o olfato funcionando plena e eficazmente. No caso, ter um filho diagnosticado com surdez significa que a ele falta algo, que não tem a audição, que é deficiente, que é imperfeito, que não é normal; então os pais se sentem decepcionados, tristes e é natural que reajam negando a surdez.

Caso os pais não tenham recebido orientação de como lidar com a criança, sentem-se inseguros e não sabem, no início, o que devem fazer. Stelling (1996, p. 64-68) afirma que a criança, por ser surda, requer mais a atenção dos seus pais. A rotina do lar fica mais difícil, devido às frequentes consultas médicas, aos atendimentos fonoaudiológicos, às entrevistas, às anamneses e a outros eventos difíceis de enfrentar. Os pais se ressentem com a entrada repentina, em suas vidas, de pessoas diferentes dando ao casal conselhos e opiniões, por vezes, conflitantes. Soma-se a esses fatos, frequentemente, um desequilíbrio financeiro decorrente de gastos com consultas, avaliações e

exames médicos. Se os pais tiverem outros filhos, a situação se agrava, pois há menos tempo para aqueles.

Os pais, que antes do nascimento do filho surdo tinham planos, são obrigados a arquivá-los ou a adiá-los, ou esses planos terão que ser desfeitos. Assim, a vida de uma família que tem um filho surdo precisa ser replanejada. Núñez (2003) apud Fiamenghi e Messa (2007) diz que:

Os planos da família são geralmente postergados com o nascimento de uma criança, e alguns sacrifícios do casal são transitórios, mas, quando a criança nasce com deficiência, esse adiamento pode se prolongar (p. 239).

Esses sacrifícios citados pelo autor, mesmo que transitórios, causarão nos pais muita tristeza e frustração. No entanto, esses sentimentos podem ser direcionados para a reação maior de busca por soluções e podem provocar nos pais a vontade de entrar na luta pelo bem estar do seu filho e da família.

## O DESEJO DOS PAIS E A SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA DO FILHO

Os pais ouvintes acalentam o desejo de que seu filho venha a ouvir e falar tal qual eles; para tanto, empregam recursos, tempo e esforço e investem na recuperação da surdez, na busca da “cura”, pois não conhecem outras opções.

Como já comentamos, o nascimento de uma criança surda cria uma situação-problema, há um bloqueio de comunicação entre ela e seus pais ouvintes. De acordo com Silva e Bastos (2013, p. 28), os pais ouvintes precisam descobrir o mundo essencialmente visual-espacial [dos surdos] e conhecer a sua língua. Precisam também ter contato com a comunidade surda que os incentivará a aprenderem a língua de sinais. Desse modo, irão compreender que, quanto mais precocemente a criança aprender essa língua, melhor será o seu desenvolvimento e haverá menos bloqueios de comunicação.

Porém, os pais ouvintes por terem o forte desejo que seu filho fale e escute a Língua Portuguesa, e por desconhecem os benefícios da aquisição da Libras, apresentam, em grande parte, uma resistência à aceitação da Libras como língua de convívio no lar. Essa desinformação é compreensível, pois tanto os pais de criança ouvinte quanto os pais de criança surda não fazem um curso preparatório, como se verifica nesse excerto de Fonseca (2002):

[...] os pais não recebem ‘guias para usuários’ e não frequentam escolas formais onde aprendem a

educar. Aprendem com a vida, com os amigos, com os livros que procuram e com o embate desafiador da descoberta de caminhos no próprio caminhar (p. 7).

É importante ressaltar que a situação da criança surda exige uma reflexão diferenciada, sendo o “problema” essencialmente linguístico, a não ser que a surdez esteja associada a outros distúrbios; neste caso, estarão comprometidas outras áreas do desenvolvimento infantil. Esses outros comprometimentos não serão focalizados nesse artigo.

Segundo Ferreira (2003), a situação característica do surdo

[...] não é apenas de ordem biológica, como se costuma pensar. É de ordem linguística e, portanto, cultural. Não se pode negar que o surdo tenha uma deficiência auditiva. Entretanto, quando amparado pela aparelhagem adequada, ele pode ouvir ruídos da rua, música, etc. [...] Porém, não ouve com a devida nitidez os sons da língua “oral” e não conta com o *feedback* linguístico, tão importante no processo de aquisição de uma língua. E o atraso no desenvolvimento linguístico acarreta atraso no desenvolvimento cognitivo (p. 74).

Na grande maioria dos casos, a criança não tem como aprender a língua oral dos pais, principalmente nos primeiros tempos, pois não a ouve e ainda não deve ter sido iniciada a reabilitação auditiva. Contudo, a língua oral, que na criança surda depende de reabilitação e treinamento para ser aprendida, é utilizada na família em tempo integral; desse modo, a criança fica isolada, sem condição de adquiri-la de modo natural como acontece com os ouvintes. Confirmando essa condição, Pereira (2005) afirma que:

Diferentemente das crianças surdas filhas de pais surdos que adquirem a língua de sinais no convívio familiar, as filhas de pais ouvintes comumente chegam à idade escolar sem o conhecimento de uma língua. A língua majoritária na modalidade oral, comumente usada em famílias ouvintes, lhes é inacessível. No entanto, mesmo não partilhando a mesma língua que os pais, essas crianças desenvolvem linguagem gestual. (p. 81)

À criança surda deveria ser oferecida uma língua visual gestual pela qual, com facilidade, ela seria beneficiada, pois o seu sentido da visão está preservado. Quando não é oferecido um ambiente linguístico adequado, a criança surda filha de pais ouvintes fica, então, duplamente prejudicada, pois também não consegue adquirir de forma natural a língua de sinais. Em alguns casos, pais ouvintes esclarecidos aprendem e utilizam a língua de sinais com a criança. A esse

respeito Góes (2000) alerta que:

[...] em que língua e em que experiências de linguagem as crianças estão se constituindo como sujeitos? A criança surda vai interagindo, ao longo da infância, com inúmeras pessoas, em diferentes “esquemas” comunicativos. Ela interage necessariamente com ouvintes e, por certo, de modo intenso com a mãe ouvinte. Cruzam-se, pois, as configurações de experiências linguísticas, por estar a criança necessariamente imersa em um mundo de língua oral e de aproximar-se, mais cedo ou mais tarde, conforme o caso, das possibilidades de interação com surdos que dialogam efetivamente na língua de sinais. (p. 40)

## A COMUNICAÇÃO INICIAL ENTRE PAIS OUVINTES E FILHO SURDO

Os pais ouvintes que têm filho surdo inicialmente não entendem a situação linguística em que seu filho e eles mesmos se encontram, porque, de fato, essa não é uma situação corriqueira na vida das pessoas. Mesmo quando nasce uma criança ouvinte, o desenvolvimento linguístico desta ocorre de modo tão natural que não são percebidas a importância e a complexidade deste processo. Além disso, há o fundamental papel da linguagem no desenvolvimento cognitivo, como diz Goldfeld (2002):

A linguagem possui, além da função comunicativa, a função de constituir o pensamento. O desenvolvimento cognitivo na primeira infância de qualquer criança baseia-se na existência de um suporte linguístico que a possibilita compreender o mundo e se comunicar com seus familiares, depois com seus vizinhos, amigos, professores e colegas da escola (p. 56).

Os pais ouvintes podem saber que seu filho é surdo, que ele possui uma perda auditiva, e o que ocasionou a surdez (etiologia). Podem até compreender que precisam lidar com ele e educá-lo de maneira diferente, mas o que não sabem e não conhecem, é o significado da surdez do seu filho do ponto de vista linguístico, social e cultural (SILVA e BASTOS, 2013, p. 25).

Os pais ouvintes, por não saberem como se dá a aquisição de uma língua (seja língua oral e/ou de sinais), não observam que sua criança não terá condições de adquirir naturalmente a língua oral. Além disso, os pais não têm a menor ideia da gravidade da situação e, portanto, não tomam as atitudes adequadas e necessárias para o desenvolvimento linguístico de seu filho nesse momento. Em alguns casos não sabem, ao menos, que não ouvir tem como consequência não falar ou falar com dificuldades, como comenta Stelling

(1992, p. 60). Mesmo que o filho esteja utilizando um aparelho auditivo e seja estimulado adequadamente, não consegue, em tempo hábil, adquirir e expressar-se na língua oral, já que os resultados não são imediatos, salvo em casos excepcionais. O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES, 2005, p. 99) confirma esse fato quando diz que o trabalho auditivo é importante para a criança surda, porém, ele não poderá dar conta, unicamente, do processo de comunicação. A mesma instituição (INES, 2005) recomenda o uso do aparelho auditivo, porém esclarece que ele não restitui totalmente a audição comprometida.

O aparelho auditivo não tem o objetivo de substituir a orelha da criança restituindo integralmente sua audição. Nas crianças com surdez profunda ou severa servirá para o aproveitamento dos restos auditivos, ou seja, do pouco de audição que sempre existe, mesmo nas perdas mais graves. (p. 92)

Apesar de os pais saberem que o uso do aparelho auditivo não devolve a audição, eles continuam almejando ter recuperada a audição do filho, e creem que o aparelho de amplificação sonora individual (AASI) ou o implante coclear (IC) resolverão todos os problemas auditivos da criança (STELLING, 1992). O aparelho de amplificação sonora individual, de acordo com Ferrari, Blasca e Coube (in BEVILACQUA e MORET, 2005, p. 95), é um dispositivo eletrônico que permite a amplificação dos sons. O AASI irá suprir parcialmente as dificuldades causadas pela perda de audição e não irá restaurar a audição a ponto de trazê-la para a normalidade. O implante coclear, segundo Costa, Bevilacqua e Amantini (in BEVILACQUA e MORET, 2005, p. 125), não cura a surdez, mas provê a sensação da audição à criança portadora de deficiência auditiva com a qualidade necessária para a percepção dos sons da fala. É necessário que nas ações de uma orientação familiar fiquem claras todas estas questões.

Pesquisas linguísticas, segundo Quadros e Karnopp (2004, p. 30), preconizam que a língua de sinais deve ser considerada como a primeira língua da criança surda, porém, como a grande maioria é filha de pais ouvintes e nasce ou fica surda antes de completar dois anos, então, na maioria das vezes, não se constata a língua de sinais como primeira língua das crianças surdas filhas de pais ouvintes.

Por conta do não compartilhamento de uma língua comum, a situação no lar é preocupante e é preciso informar aos pais que, não havendo reciprocidade linguística, não há comunicação. O que se observa são tentativas de aproximações linguísticas que não satisfazem a necessidade comunicativa entre pais e filho. Como eles não têm língua para compartilhar, as situações decorrentes desse fato são prejudiciais

também ao aspecto emocional da criança, que se sente frustrada, constantemente, por não conseguir se expressar e ser compreendida. Seus pais, pelo mesmo motivo, tornam-se ansiosos e aflitos, podendo chegar, algumas vezes, ao descontrole emocional, como relata Stelling (1992, p. 62).

## AS CONSEQUÊNCIAS DE NÃO TER UMA LÍNGUA

A noção de subjetividade e linguagem foi objeto de estudo por Benveniste (1974) *apud* Cavalcante (2001, p. 128). Para essa autora

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque só a linguagem fundamenta a realidade, na sua realidade, que é a do ser, o conceito de "ego". A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego eu a não ser que me dirigindo a alguém, que será na minha alocação um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica reciprocidade - que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa por eu (p. 128).

Como resultado, a privação de uma língua na comunicação inicial da criança surda filha de pais ouvintes pode trazer consequências muito sérias no desenvolvimento da criança e na formação de sua subjetividade. A falta de uma língua traz prejuízos nos relacionamentos da criança, na esfera emocional, em seus sentimentos mais profundos.

## O ENFOQUE CLÍNICO E O ENFOQUE CULTURAL

Denominamos *enfoque clínico* a concepção do surdo como um *deficiente auditivo*, em que a principal referência é a perda sensorial, classificada como uma *patologia*. O surdo é visto e representado como um paciente que deve ser curado ou "medicalizado", segundo a terminologia usada por Skliar (2013, p. 103) e Gesser (2009, p. 64). O enfoque clínico é compartilhado por profissionais da área da saúde, como médicos e fonoaudiólogos, principalmente, e por profissionais da educação identificados com a filosofia educacional oralista.

Por outro lado, o sujeito surdo é visto de maneira distinta pelo *enfoque cultural* ou *socioantropológico*, termos utilizados por Skliar (2013, p. 133) e Gesser (*ibid*). Nessa concepção, a surdez é uma *diferença* dentro da diversidade social. Esse enfoque está de acordo com Sá (2006, p. 67). Essa autora afirma que não utiliza a expressão "deficiente auditivo", usada

no contexto clínico, e que prefere o utilizar o termo “surdo”, pois está mais afeito ao marco sociocultural da surdez. Desse modo, o surdo, visto por ele mesmo e por alguns grupos de profissionais e acadêmicos, não é um paciente com deficiência auditiva, mas um indivíduo *diferente* da maioria, com características subjetivas de língua e cultura próprias.

Se a surdez é compreendida pelo enfoque cultural, a quantidade da perda auditiva não é um fator preponderante, pois, como diz Botelho (2002, p.13), “[...] *quando se concebe a surdez como uma experiência visual, a classificação das perdas auditivas, segundo o grau, não é fator determinante dos resultados [...]*”. O enfoque cultural fundamenta-se na língua de sinais, na cultura surda e na representação do indivíduo surdo como sujeito sociopolítico. Os profissionais identificados com este enfoque englobam, principalmente, os pedagogos e professores do ensino bilíngue para surdos, identificados com a filosofia educacional bilíngue, os psicólogos, os linguistas e os sociólogos.

Podemos relacionar o enfoque cultural com a filosofia educacional bilíngue conforme relata Gesueli (2006):

Garantir o uso da língua de sinais no contexto escolar parece primordial para que haja o reconhecimento da surdez como referência cultural e linguística, pois é por intermédio da linguagem que significamos o mundo e conseqüentemente nos significamos (p. 287).

Ainda para essa autora:

Vale reafirmar que a presença do professor surdo contribui expressivamente para que as crianças adquiram a língua de sinais e passem a identificar-se com este sujeito que apresenta um papel de destaque na sala de aula. Esta convivência possibilita não só o reconhecimento da identidade surda, mas a identificação política e social com essa comunidade, pois é preciso trazer para a sala de aula a história da comunidade surda, de suas lutas e vitórias (p. 288).

Nesse sentido, também comenta Sá (2006, p. 127) que os processos identificatórios da criança surda começam na interação com outros surdos (adultos). Os surdos adultos podem apresentar aos pais ouvintes uma visão positiva acerca do futuro dos filhos surdos (LANE, HOFFMEISTER e BAHAN, 1996, p. 24-41), concepção que está em conformidade com a fala de Gesueli (*ibid*) sobre o papel do surdo adulto como modelo identitário para as crianças surdas. Os profissionais da educação que se fundamentam no enfoque cultural englobam, principalmente, pedagogos e professores surdos e ouvintes (proficientes em Libras) do ensino bilíngue para surdos.

## DISCUSSÃO

Durante toda a reflexão feita neste trabalho foi pontuada a questão principal da orientação aos pais, que é a da necessidade de transmitir-lhes apoio, aconselhamento e o maior número de informações disponíveis. Iniciamos essa discussão relembando que o momento do diagnóstico clínico é extremamente delicado, caso o teste auditivo no recém-nascido confirme a surdez (CORTELO e FRANÇOZO, 2014, p. 7-9). Então podemos questionar se os profissionais de saúde estão preparados para dar a notícia de modo adequado, sem aumentar a ansiedade ou as preocupações nos familiares ouvintes. Como auxiliar os pais ouvintes, após o diagnóstico da surdez, tendo em vista que eles estão sob o impacto do diagnóstico, quando as reações negativas, as tensões e, principalmente, a angústia desse momento estão exacerbadas e os pais muito fragilizados?

Após o diagnóstico clínico, a primeira orientação que os pais ouvintes recebem, usualmente, é a do enfoque clínico pelo médico otorrinolaringologista ou pelo fonoaudiólogo, que recomendam a oralização com a instalação da fala oral, da estimulação auditiva e da leitura labial (SILVA e OLIVEIRA, 2014, p. 8-12). Além disso, preconizam a indicação e uso do AASI ou recomendam a cirurgia do IC. Tanto a oralização quanto o uso dos dispositivos eletrônicos auditivos têm como meta a reabilitação do deficiente auditivo, o que vai ao encontro do desejo dos familiares, pois “de certa maneira todo pai quer que o filho seja semelhante aos demais, temendo rótulos de que é ‘estranho’ ou ‘esquisito’ (YAMADA *in* BEVILACQUA e MORET, 2005, p. 274).

Por outro lado, porque a família, comumente, recebe as primeiras orientações dos profissionais de saúde, a esses pais *não* é dada a oportunidade de conhecerem a surdez pelo prisma do enfoque cultural, onde a língua de sinais é adquirida de modo natural, e pode vir a solucionar o problema do bloqueio de comunicação entre pais ouvintes e filho surdo.

No enfoque cultural e na alternativa educacional de educação bilíngue, onde a criança surda adquire a Libras com seus pares surdos e aprende a Língua Portuguesa escrita, os pais devem aprender a língua de sinais o mais precocemente possível. No entanto, isso praticamente não ocorre porque, segundo Goldfeld (2002, p. 114), o aprendizado da Língua de Sinais pelas famílias é difícil e longo, e mesmo que a aprendam e convivam com surdos, dificilmente se tornarão biculturais e bilíngues. Esse fato traz prejuízos, na relação entre pais e filhos, pois não há a troca linguística, a criança deixa de receber informações do mundo e a desenvolver sua fala, aqui entendida como desenvolver a sua fala em

língua de sinais. Strobel (2009, p. 60) comenta que *os pais têm o anseio de tornar seus filhos “normais” perante a sociedade*, esse anseio, esse sonho é um desejo muito forte que os impede de investirem na língua de sinais. Não conseguem entender o seu devido valor, e com isso muitos deles deixam de aprendê-la. É então que permanece o bloqueio de comunicação que não se desfaz rapidamente. E o questionamento que levantamos nesse item é: como fazer para demonstrar aos pais a importância da língua de sinais no âmbito familiar? É preciso, então, um trabalho de orientação familiar que os alerte para o envolvimento e aprendizado da Libras (QUEIROZ e RÚBIO, 2014, p. 10). Essa recomendação é consoante com a afirmação que os pais poderão tomar decisões baseadas em informações, quando encontrarem-se empoderados (HALLAU, 2002, p. 26).<sup>2</sup>

O trabalho com os pais deve ser organizado e apresentado com base em todas as informações possíveis; assim, deve apresentar os dois enfoques, o clínico e o cultural, de modo a propiciar aos familiares o conhecimento, com profundidade, de todas as opções técnicas, recursos e metodologias disponíveis. “Fica evidente a importância de a família ter uma concepção mais clara da surdez para que possa escolher de forma mais segura a modalidade de linguagem que será privilegiada na relação mãe-criança” SILVA, PEREIRA e ZANOLLI, 2007, p. 286). Se os pais não tiverem esses conhecimentos, não poderão escolher o melhor caminho para seguirem com seu filho.

Com relação às atitudes dos familiares, Hoffmeister (in SKLIAR, 1999, p. 123-126) afirma que se deve capacitar os pais ouvintes para agirem como pais de crianças surdas. Em contraposição, observa-se que os pais ouvintes, como usuários da língua oral, querem que os filhos surdos falem como eles. Os familiares vão em busca do que acreditam estar faltando para a criança surda, a audição e a fala. Por essa razão, os pais se identificam fortemente com o enfoque clínico.

É preciso que alguém os informe a se tornarem pais de filho *surdo*, pois, por mais que se procure reabilitar ou “curar” a deficiência auditiva, essa criança não será equiparada totalmente à normalidade sensorial de uma criança ouvinte. A família deve ver seu filho tal como ele é, independentemente do quanto ele estiver reabilitado auditivamente.

Como decorrência da oposição entre os dois enfoques, o clínico e o cultural, há uma situação complexa a se resolver: quais são as informações que devem ser trabalhadas com a família ouvinte? De um ou de outro enfoque, dando preferência a um deles, portanto? Ou apresentá-los ambos, imparcialmente? A escolha de ações orientadas pelo enfoque clínico poderá resultar

em um período prolongado da criança sem língua oral o que ocasionará entraves comunicativos com a família e demais grupos sociais e dificultará a sua escolarização. A instalação pela via auditiva é longa e difícil, mas isso pode não acontecer se houver aparelhagem adequada e recursos tecnológicos avançados como os AASI mais recentes, o implante coclear e um intensivo trabalho fonoaudiológico. Tudo pode dar certo ou não, tanto em um quanto em outro enfoque, mas é preciso que as informações sejam amplas e detalhadas na orientação familiar. A comparação entre os dois enfoques e as decorrências de uma escolha pelos pais terá consequências no tipo de ações no âmbito familiar e social, assim como resultará na decisão de qual ambiente educativo a criança terá sua formação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pais ouvintes, pela especificidade da situação de seu filho, têm a necessidade e o direito de ter acesso às informações sobre a surdez nos seus aspectos clínicos e nos aspectos culturais. No entanto, conhecer a surdez relacionada aos seus aspectos clínicos não deve ser o único tema trabalhado. É importante conhecer também os aspectos culturais do surdo e sua comunidade, seus modos de vida, características e valores específicos, como a Libras.

É necessário conscientizar os pais das necessidades linguísticas da criança surda, suas implicações no desenvolvimento cognitivo e escolar e quais são os caminhos possíveis em relação à Língua de Sinais e à Língua Portuguesa oral e escrita.

Pelo conhecimento do maior número possível de informações procura-se promover a aceitação do filho pelos pais. Essa afirmação tem consonância com o pensamento materializado na frase “*o conhecimento é o início da aceitação*”,<sup>3</sup> inscrita no frontispício da Kendall Demonstration Elementary School, Gallaudet University (Washington, DC, USA). A mesma escola acredita que as famílias informadas e envolvidas são a pedra angular do sucesso de um aluno e seu bem-estar.<sup>4</sup>

Como resposta aos problemas de uma família ouvinte com filho surdo sugere-se a instituição de programas educacionais que visem oferecer ampla orientação aos pais e que privilegiem a explanação das diferentes concepções pedagógicas existentes para seus filhos surdos. Dessa maneira, estaremos assegurando o direito à informação e às escolhas dessas famílias.

<sup>3</sup> No original: “Knowledge is the beginning of acceptance”.

<sup>4</sup> No original: “We believe that informed and involved families are the cornerstone of a student’s success and well-being”. Disponível em <[http://www.gallaudet.edu/clerc\\_center/our\\_schools/mis-sion\\_and\\_belief\\_statements.html](http://www.gallaudet.edu/clerc_center/our_schools/mis-sion_and_belief_statements.html)>. Acesso em: 18 set.2014.

<sup>2</sup> No original: “Empowered parents make informed decisions”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEHARES, L. E. Aquisição da linguagem e interações mãe ouvinte - criança surda. In: Anais do Seminário Repensando a Educação da Pessoa Surda. Rio de Janeiro: INES, 1996.
- BEVILACQUA, M. C.; MORET, A. L. M. Deficiência auditiva: conversando com familiares e profissionais de saúde. São José dos Campos: Pulso, 2005.
- BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Trajetória, 5).
- BRITO, L. F. Integração Social & Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Babel, 1993.
- CAVALCANTE, F. Família, subjetividade e linguagem: gramáticas da criança "anormal". *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 6, n. 1, p.125-137, 2001.
- CORTELO, F. M.; FRANÇOZO, M. F. C. Pai ouvinte – filho surdo: um olhar para aspectos da comunicação. *Omnia Saúde*, v. 10, n. 1, p. 01-09, 2013.
- \_\_\_\_\_. Ser pai de filho surdo: da suspeita ao enfrentamento. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 1, p. 3-11, jan./mar. 2014.
- COSTA, O. A.; BEVILACQUA, M. C.; AMANTINI, R. C. B. Considerações sobre o implante coclear em crianças. In: BEVILACQUA, M. C.; MORET, A. L. M. Deficiência auditiva: conversando com familiares e profissionais de saúde. São José dos Campos: Pulso, 2005. cap. 8, p. 125-138.
- FERNANDES, E. (Org.) Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- FERRARI, D. V.; BLASCA, W. Q.; COUBE, C. Z. V. Conceitos básicos e características de tecnologia dos aparelhos de amplificação sonora individuais. In: BEVILACQUA, M. C.; MORET, A. L. M. Deficiência auditiva: conversando com familiares e profissionais de saúde. São José dos Campos: Pulso, 2005. cap. 7, p. 95-122.
- FERREIRA, L. Legislação e a língua brasileira de sinais. São Paulo: Ferreira & Bergoncci Consultorias e Publicações, 2003.
- FIAMENGI G. A.; MESSA, A. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. *Psicologia, Ciência e Profissão*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.
- FONSECA, V. Pais e filhos em interação: aprendizagem mediatizada no contexto familiar. São Paulo: Salesiana, 2002.
- FREEMAN, R. D.; CARBIN, C. F.; BOESE, R. J. Seu filho não escuta? Um guia para todos que lidam com crianças surdas. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, 1999.
- GESUELI, Z. M. Língua(gem) e identidade: a surdez em questão. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 27, n. 94, p. 277-292, jan./abr. 2006.
- GÓES, M. C. R. "Com quem as crianças surdas dialogam em sinais?" Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000, cap. 3.
- GOLDFELD, M. A criança surda. Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 2002.
- HALLAU, M. (Org.) We are Equal Partners: Recommended Practices for Involving Families in Their Child's Educational Program. Washington (DC): Laurent Clerc National Deaf Education Center, Gallaudet University, 2002. (Sharing Results Series) Disponível em: <<http://www.gallaudet.edu/documents/clerc/FamInvolv.pdf>>. Acesso em: 26 jul.2014.
- HOFFMEISTER, R. J. Famílias, crianças surdas, o mundo dos surdos e os profissionais da audiolgia. In: SKLIAR, C. (Org.) Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- HOUAISS Eletrônico. São Paulo: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.
- INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos). Série Audiologia. Rio de Janeiro: INES, 2005.
- LANE, H.; HOFFMEISTER, R.; BAHAN, B. A Journey into the Deaf-World. San Diego (California): DawnSignPress, 1996.
- NOVAES, B. C. A. C. A criança deficiente auditiva. In: BEVILACQUA, M. C.; MORET, A. L. M. Deficiência auditiva: conversando com familiares e profissionais de saúde. São José dos Campos: Pulso, 2005. cap. 1, p. 29-34.
- OLIVEIRA, R. G.; SIMIONATO, M. A. W.; NEGRELLI, M. E. D.; MARCON, S. S. A experiência de famílias no convívio com a criança surda. *Acta Scientiarum. Health Sciences*. Maringá, v. 26, n. 1, p. 183-191, 2004.
- PEREIRA, M. C. da C. Aquisição da língua(gem) por crianças surdas, filhas de pais ouvintes. In: FERNANDES, E. (Org.) Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005. cap. 6, p. 81-86.
- PEREIRA, M. C. da C.; VIEIRA, M. I. da S. Bilinguismo e educação de surdos. *Revista Intercâmbio*. v. 19, p. 62-

67, 2009. São Paulo: LAEL/PUC-SP.

PIRES, P. M. P. S. D. Do luto à luta: percursos familiares na educação escolar de crianças surdas. Monografia (Especialização em Educação Especial - Deficiência Auditiva) - Universidade do Estado da Bahia, 2012.

QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira. Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUEIROZ, L. S.; RÚBIO, J. A. S. A aquisição da linguagem e a integração social: a LIBRAS como formadora da identidade do surdo. Revista Eletrônica Saberes da Educação, v. 5, n. 1, 2014.

RODRIGUES, N. Organização neural da linguagem. In: MOURA, M. C.; LODI, A. C. B.; PEREIRA, M. C. C. Língua de Sinais e Educação do Surdo. São Paulo: Tec Art, 1993. (Série de Neuropsicologia, v. 3).

SÁ, N. R. L. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: Paulinas, 2006. (Coleção pedagogia e educação).

SILVA, A. B. P.; PEREIRA, M. C. C.; ZANOLLI, M. L. Mães ouvintes com filhos surdos: concepção de surdez e escolha da modalidade de linguagem. Psicologia: Teoria e Pesquisa. v. 23, n. 3, p. 279-286, 2007.

SILVA, A. L. P.; OLIVEIRA, R. C. M. A assistência fonoaudiológica no processo de inclusão do portador de deficiência auditiva: uma revisão de literatura. Revista Saúde em Foco. Teresina, v. 1, n. 1, art. 1, p. 01-14, 2014.

SILVA, E. V. N.; KELMAN, C. A. Libras e implante coclear: um estudo de caso. Anais... XIII Congresso Internacional do INES. (arquivo em pdf) p. 223-232, 2014.

SILVA, L. S.; BASTOS T. Pais ouvintes e filhos surdos: impasses na comunicação. Entrelaçando (Caderno temático: Educação Especial e Inclusão), ano 4, n. 8, p. 25-34, 2013.

SKLIAR, C. (Org.) Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.) Educação & exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

STELLING, E. P. A relação da pessoa surda com sua família. Espaço: Informativo Técnico-Científico do INES. Rio de Janeiro: INES, n. 11, p. 44-47, jan-jun, 1999.

\_\_\_\_\_. O aluno surdo e sua família. In: Anais do Seminário Repensando a Educação da pessoa Surda. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas, 1996.

\_\_\_\_\_. Programa de Apoio Educacional: Ciclo de Palesstras para Pessoas que convivem com a Criança Surda.

Monografia (Especialização em Deficiência Auditiva) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 1992. 179 p.

STROBEL, K. L. A visão histórica da IN(EX)CLUSÃO dos surdos nas escolas. Dossiê do Grupo de Estudos Surdos e Educação. Educação Temática Digital. Campinas. 2006; v. 7, n. 2, p. 244-252.

\_\_\_\_\_. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

\_\_\_\_\_. Surdos: vestígios culturais não registrados na história. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VIEIRA, S. S.; BEVILACQUA, M. C.; FERREIRA, N. M. L. A.; DUPAS, G. Descoberta da deficiência auditiva pela família: vendo o futuro idealizado desmoronar. Acta Paul. Enferm. 25 (Número Especial 2), p. 82-88, 2012.

YAMADA, M. O. Como desenvolver a auto-estima da criança com deficiência auditiva. In: BEVILACQUA, M. C.; MORET, A. L. M. Deficiência auditiva: conversando com familiares e profissionais de saúde. São José dos Campos: Pulso, 2005. cap. 16, p. 271-283.